



Universidade: presente!

UFRGS
PROPESQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

O JULGAMENTO DE CRIMES DE PREFEITOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Guilherme Santos Nascimento¹

Luciano da Ros²

¹Autor: Graduando em Políticas Públicas, UFRGS

²Orientador: Professor do Departamento de Ciência Política e PPG em Políticas Públicas/UFRGS

OBJETIVO

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa sobre respostas judiciais à corrupção no Brasil, que examina diferentes experiências deste fenômeno desde a redemocratização no final da década de 1980. O presente estudo tem como propósito investigar os fatores associados à variação na incidência de condenações criminais de prefeitos municipais de Minas Gerais. Prefeitos municipais desfrutam de foro por prerrogativa de função – foro privilegiado – e a investigação destes é uma oportunidade para testar hipóteses relativas ao comportamento das instituições de responsabilidade legal na persecução penal de autoridades políticas.

METODOLOGIA

A pesquisa se baseia em três abordagens: em primeiro lugar, ela descreve brevemente o funcionamento das instituições do sistema de justiça e de controle externo da administração pública existentes no estado – estas incluem, além do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, também o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal de Contas, entre outras. Em segundo lugar, a partir das informações disponibilizadas por essas instituições, a pesquisa realiza a análise estatística descritiva dos dados desses processos, incluindo variáveis como o número de denúncias apresentadas e de condenações realizadas, além de variáveis relativas aos tipos de crimes julgados, às penas impostas, ao perfil dos denunciados, às características dos municípios e dos próprios órgãos julgadores. Por fim, a pesquisa emprega modelos estatísticos multivariados que buscam capturar os determinantes da incidência de condenações criminais entre os prefeitos.